

## Coluna do Castello

### Os que vão fazer a Sistematização

Quatro advogados com passagem pelos conselhos da Ordem dos Advogados do Brasil e um sociólogo se incumbem de comandar a sistematização dos trabalhos das diversas comissões da Assembléia Constituinte e, posteriormente, de elaborar os dois anteprojetos que servirão de base ao exame, às emendas e à votação do plenário. O deputado Bernardo Cabral foi presidente do conselho federal da OAB, o senador Wilson Martins, do conselho estadual da OAB de Mato Grosso do Sul, o deputado Nelson Jobim, do conselho estadual do Rio Grande do Sul e o deputado José Inácio Ferreira, do conselho estadual do Espírito Santo. O sociólogo é o senador Fernando Henrique Cardoso.



O colégio de relatores da Comissão de Sistematização tende mais para a moderação e a negociação do que para o engajamento em posições ideológicas, se bem que o deputado Jobim, neto do ex-governador Walter Jobim, seja apontado como bem próximo do senador Bisol e, tal como o ex-desembargador, um exímio conhecedor da ciência jurídica. O sr Wilson Martins, com uma cassação nos lombos, moderou-se no exercício do governo do seu estado e na sofrida experiência política de Campo Grande. O sr José Inácio seria moderado por vocação. E o senador Fernando Henrique, com uma visão mais global dos problemas sociais e menos técnica das questões de ordenação política, tem revelado temperamento conciliador na sua encarnação política.

O relator-mor, sr Bernardo Cabral, foi deputado pelo MDB em 1962 e vice-líder do sr Mário Covas na Câmara, com quem mergulharia na cassação de 1969. Sua origem política não o recomenda a olhos puritanos e sua eleição como presidente da OAB se deu em circunstâncias que o situaram em contraposição à corrente mais avançada, liderada pelo jurista Raimundo Faoro. Não há objeções ao seu desempenho no cargo embora tenha se deixado suceder — o que não pode ser levado à sua responsabilidade — por um advogado provinciano e sectário que comprometeu o prestígio nacional da instituição pela imagem que criou de agente de uma facção partidária extremada.

Mas o sr Bernardo Cabral, indicado para o posto ao mesmo tempo pelos srs Ulysses Guimarães e Mário Covas e bem acolhido pelo senador Afonso Arinos, presidente da Comissão, tem a grande oportunidade da sua vida política e de professor de direito constitucional, comandando a elaboração de um texto que concilie as tendências conservadoras da classe dirigente com as aspirações progressistas da população e de um setor da representação federal. Ele está tecnicamente preparado para bem exercer sua função e prestigiado pelas personalidades mais em evidência na Constituinte. Será essa a primeira vez que um deputado do Amazonas recebe a honra de redigir o projeto de uma Constituição brasileira, tarefa antes reservada a brasileiros do Centro-Sul.

Vamos esperar que ele dê de si o melhor e possa atravessar a zona de turbulência que precede a decisão com serenidade, competência e energia.

### O PMDB como grupo de pressão

A convenção do PMDB, convocada para 17 e 18 de julho, não tem um papel a desempenhar, a não ser como grupo de pressão de uma das alas partidárias para agir sobre a Comissão de Sistematização e o plenário da Constituinte. As idéias do PMDB em matéria de organização social, econômica e política do país foram definidas no congresso de outubro do ano passado. Seu texto sequer foi lido pela maioria da representação parlamentar e suas recomendações não foram levadas em conta pelas comissões que assentaram as bases do debate constitucional integradas na maioria por representantes do PMDB.

Na realidade realiza-se no Brasil neste momento uma grande convenção nacional, super e interpartidária, a qual reúne representantes eleitos em todo o país por todos os partidos para exercer o papel de constituintes e elaborar uma nova Constituição para o país. A miniconvenção do PMDB parece, portanto, uma excrescência e sequer tem objetivos concretos, pois suas decisões, tal como as do congresso de outubro, não obrigam os constituintes do partido, embora possam servir a objetivos de facções do partido para mobilizar faixas de opinião a compartilhar de pressões para impor à assembléia os pleitos da minoria.

### A opção de Marchezan

Contacto recente com o ex-deputado Nelson Marchezan faz-me duvidar da notícia de que ele ingressará no PFL para disputar a prefeitura de Porto Alegre. O antigo líder do PDS, que se afastou da presidência da seção partidária do Rio Grande do Sul, está na expectativa de que, com a nova Constituição, se armem novos partidos que restaurem bases coerentes de organização de pelo menos dois grandes partidos nacionais. Um desses partidos deverá ser, a seu juízo, o PMDB. O outro ainda não emergiu ou ainda não se deixa antever.

Por enquanto o sr Marchezan pretende permanecer no PDS do qual somente sairá como sinal para que se apague a luz, feche a porta e andem todos por um mesmo caminho.

Carlos Castello Branco